



**PAUTA
PARA A 83ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 09 DE JUNHO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 420, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Mariana Cândida Alves - Dona Marianinha" ao dispositivo de acesso localizado na SPD 011/345, Rodovia Engenheiro Ronan Rocha, em Itirapuã.

2 - Projeto de lei nº 421, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Oswaldo de Oliveira" à rotatória localizada no km 26 + 500 m da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha, SP - 345, em Patrocínio Paulista.

3 - Projeto de lei nº 422, de 2017, de autoria dos deputados Coronel Camilo e Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Dr. Pedro Jannini Filho" ao Hospital Regional de Sorocaba localizado no km 106 da Rodovia Raposo Tavares.

4 - Projeto de lei nº 423, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Elias Fausto como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 424, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Tietê como Município de Interesse Turístico.

6 - Moção nº 42, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Aplauda a aprovação pelo Conselho Universitário, órgão máximo da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da adoção de sistema de cotas étnico-raciais, para o ingresso nos cursos de graduação daquela Universidade.

7 - Moção nº 43, de 2017, de autoria do deputado Luiz Turco. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde e ao Diretor Presidente da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que envidem esforços para que o medicamento SPINRAZA/NUSINERSEN seja regulamentado pela ANVISA com a máxima urgência, podendo assim ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal (AME).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 416, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares, casas noturnas e similares, nos quais o preço da entrada inclui bebidas alcoólicas à vontade, os chamados "open bar".

2 - Projeto de lei nº 417, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Guaraçaí como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 418, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Silveiras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 419, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Classifica Borborema como Município de Interesse Turístico.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 411, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre a política estadual de incentivo ao consumo de produtos alimentícios saudáveis e de maior redução de risco à saúde, conforme se assevera o artigo 196 da Constituição Federal.

2 - Projeto de lei nº 412, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 5.145, de 1986, que dispõe sobre o comparecimento de policiais em espetáculos artísticos, culturais, circenses ou esportivos.

3 - Projeto de lei nº 413, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Américo Brasiliense como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 414, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Mombuca como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 415, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica General Salgado como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 405, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Educativa Infanto-Juvenil - ABEIJU", em Peruíbe.

2 - Projeto de lei nº 406, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Dolcinópolis como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 407, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Itobi como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 408, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 16.017, de 2015, que incluiu no Calendário Turístico do Estado a Romaria de São Miguel Arcanjo.

5 - Projeto de lei nº 409, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica Itararé como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 410, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica São Miguel Arcanjo como Município de Interesse Turístico.

7 - Moção nº 41, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos Ministérios da Educação, da Saúde e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estudos e providências no sentido de reinserir o Hospital São Paulo, Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF; e ao Ministério da Saúde a atualização da Tabela SUS, que estabelece o valor unitário a ser pago por procedimento no Sistema Único de Saúde - SUS.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 391, de 2017, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Profª Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi" ao Centro de Formação de Recursos Humanos - CEFOR para o SUS-SP, em Araraquara.

2 - Projeto de lei nº 392, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Monte Mor como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 393, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Juquitiba como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 394, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Classifica General Salgado como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 395, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Irineu de Andrade Monteiro" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto em desnível localizado no km 13 + 950 m da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha SP - 345 , em Patrocínio Paulista.

6 - Projeto de lei nº 396, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a vedação do uso, comercialização e utilização de uniformes e fardas estaduais e municipais.

7 - Projeto de lei nº 397, de 2017, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Cristovão Barcellos" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto em desnível localizado no km 16 + 100 m da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha SP - 345 , em Patrocínio Paulista.

8 - Projeto de lei nº 398, de 2017, de autoria do deputado Gilmar Gimenes. Classifica Fernandópolis como Município de interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 399, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Adamantina como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 400, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Capivari como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 401, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Carapicuíba como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 402, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Dispõe sobre o pagamento anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores "IPVA" em dez (10) parcelas.

13 - Projeto de lei nº 403, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Dispõe sobre os recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e à remuneração e formação continuada dos Conselheiros.

14 - Projeto de lei nº 404, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Classifica Louveira como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Moção nº 13, de 2016, de autoria do deputado Léo Oliveira. Apela para a Sras. Ministra do Meio Ambiente e Presidente do IBAMA, bem como para o Superintendente do Instituto para que em uma soma de esforços adotem medidas cabíveis, urgentes e necessárias com vistas a suspensão dos procedimentos para o encerramento das atividades da Base Avançada em Ribeirão Preto, com o reconhecimento da importância estratégica da manutenção de referida unidade no município. (Em anexo a Moção 33, de 2016).